

A stylized logo consisting of two overlapping leaf-like shapes. The top shape is a dark green outline, and the bottom shape is a teal outline. They are connected at a central point on the left side. The bottom shape has a small teal dot near its tip, resembling a seed or a fruit.

Relatório de Gestão e
Contas 2021

cercizimbra

accuand
inf. luo

Índice	
Relatório de Gestão e Contas	3
Introdução	3
2- Enquadramento económico	4
3- Análise da atividade e posição financeira	4
4- Proposta de Aplicação de Resultados	5
5- Expetativas Futuras	5
6- Outras informações	5
7- Considerações finais	14
8-Anexo às demonstrações financeiras	15





1 - Introdução

A Cercizimbra, Cooperativa Para Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, com sede social em R dos Casais Ricos, n 1 2970-577 Sesimbra, com um capital social de 5.718,01 €, tem como atividade principal Educação pré-escolar. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da Cercizimbra, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos projetos, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para aos próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

A nova varianteOMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, com a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica que se deverá manter em 2022, esperando-se que abrande nos anos subsequentes. No entanto, ficou claro que novas variantes e constrangimentos na vacinação das populações continuam a ser ameaças reais ao regresso à normalidade.

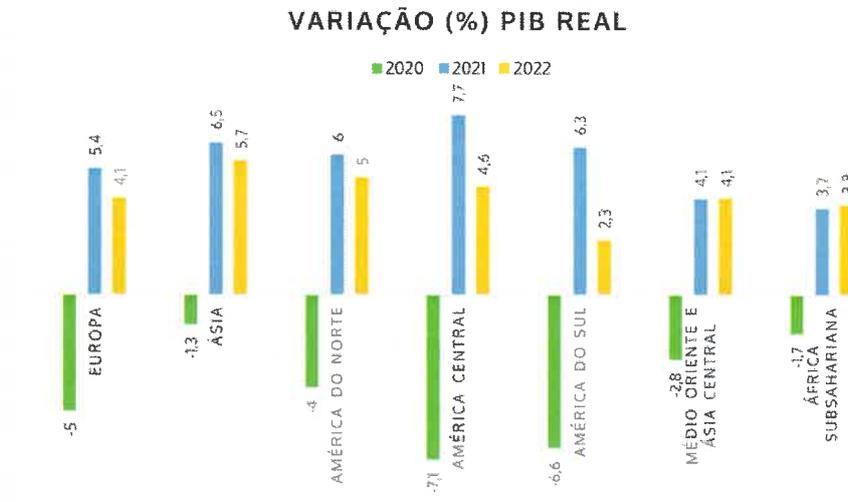
2.1 - A Nível Internacional e Europeu

Mundo

O ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica face à queda drástica registada em 2020. No entanto, esta recuperação veio acentuar as divergências entre os países mais desenvolvidos e as economias mais frágeis. O acesso desigual às vacinas e a capacidade económica das diversas regiões foram as grandes razões deste afastamento de realidades.

O primeiro indicador da recuperação económica de 2021 foi o crescimento da economia mundial, o FMI coloca este crescimento nos 5,9% ao fechar de 2021. No entanto, este valor é mais modesto do que a previsões inicialmente feitas a meio do ano. A revisão em baixa deve-se à disrupção das cadeias de fornecimento, que afetou maioritariamente as economias mais avançadas, e à evolução da pandemia e surgimento de novas variantes, que afetou todos, mas em especial as economias emergentes e em desenvolvimento.

No seguimento deste aumento, também o PIB dos países tendeu a aumentar. O gráfico abaixo ilustra a variação do PIB real, em %, das grandes regiões do mundo.



Após a queda, a nível mundial, de -4,3% registada em 2020 o FMI aponta um crescimento do PIB global de 4,8% em 2021. Como demonstrado no gráfico, todas as grandes regiões do mundo acompanharam esta tendência. Uma das razões para o crescimento da economia global e para a evolução do PIB foi o crescimento do comércio mundial. Segundo o FMI, o comércio aumentou 10% face ao ano anterior.

No entanto, as mesmas instituições que apontam estes dados alertam que muitos países, nomeadamente os que estão mais dependentes do setor do turismo, continuam a enfrentar mais dificuldades. Isto porque 2021 foi também marcado pelo domínio de novas variantes do vírus SARS-CoV 2, mais concretamente a variante Delta que dominou grande parte do ano, e a Ómicron que surgiu já no seu final, e que se têm demonstrado mais perigosas ou mais difíceis de conter que o vírus original, mesmo com a aceleração da vacinação. Como tal, quase todos os países assistiram a novas vagas da pandemia e à manutenção de medidas sanitárias que continuaram a afetar em especial alguns setores.

Outro dos indicadores que disparou em 2021 foi a inflação que bateu recordes em muitas regiões, como é o caso dos EUA que registaram uma taxa de 6,8% no final de 2021, sendo que não se assistia a um valor tão alto no país desde 1968. O aumento dos preços tem, em grande parte, a ver com o aumento do consumo privado ao mesmo tempo que a oferta diminuiu fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento. O setor onde a subida dos preços foi mais acentuada foi o da energia.

Contrariando a tendência de comportamento igual entre regiões está o desemprego. Em 2020, a taxa atingiu os 7% na Europa e os 8,1% nos Estados Unidos. Para 2021, projeta-se que os Estados Unidos registem uma melhoria acentuada deste indicador, reduzindo a taxa para os 5,4%. Por outro lado, a Europa mais desenvolvida enfrentará um agravamento do mesmo, com a taxa a crescer para os 7,3%.

Por fim, o gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de câmbio ao longo de 2021 tendo em conta a taxa do dia 15 de cada mês, ou do primeiro dia seguinte disponível.

EVOLUÇÃO TAXAS CÂMBIO



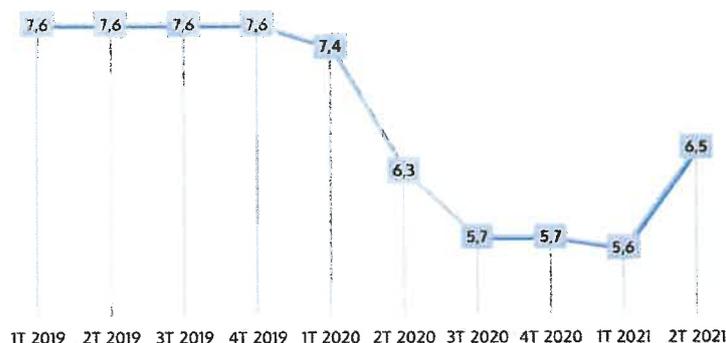
2.2 - A Nível Nacional

Após um ano de 2020 marcado por uma significativa contração económica, fruto da pandemia COVID-19 e das subsequentes medidas de contenção sanitárias, 2021 fica marcado pela inflexão de grande parte das tendências de descida registadas no ano anterior. Contudo, o ano findo fica ainda marcado por sucessivos avanços e retrocessos na abertura da economia, bem como pela incerteza que os mesmos trazem às empresas e aos cidadãos.

Com base nas previsões de fecho do Banco de Portugal, Portugal fecha 2021 com um aumento do PIB de 4,8% face ao valor de 2020. Este crescimento é em parte consequência da excecional má performance da economia no ano anterior, fruto da pandemia e das medidas de combate à mesma, que condicionaram a atividade económica. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento da procura interna de 5,1% e também as importações e exportações que recuperaram face ao ano anterior, registando um crescimento de 10,3% e 9,6% respetivamente.

Ao fechar do 3T de 2021 a capacidade de financiamento da economia portuguesa tinha aumentado para 0,4% do PIB, um aumento de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, a capacidade de financiamento das famílias, no mesmo período, diminuiu para 4,9% do PIB.

RENDIBILIDADE DAS EMPRESAS



No final do 2º trimestre de 2021 o setor empresarial registou um aumento de rendibilidade, superando os valores do período homólogo, mas encontrando-se ainda abaixo dos registados em 2019, antes do início da pandemia.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) aumentou 4,9%. As principais contribuidoras para este crescimento são as empresas do 4º (mais de 500 pessoas ao serviço) e 3º (entre 250 e 499 pessoas ao serviço) escalão. Inversamente, foram as empresas do 1º escalão (menos de 50 pessoas ao serviço) que mais contribuíram negativamente, refletindo uma contração do investimento empresarial de -16,2%. Analisando por setores, os principais responsáveis pelo crescimento são os setores de atividades financeiras e de seguros (contributo de 2,2 p.p. e variação de 38,4%) e transportes e armazenagem (contributo de 2,1 p.p. e variação de 42,9%). Por oposição, os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-1,8 p.p.

correspondentes a -9,6%) e construção (-1,6 p.p. correspondentes a -30,6%) registaram os maiores decréscimos de investimento.

Quanto ao desemprego, segundo dados do INE, no 3T de 2021 foi registada uma taxa de 6,1%, representando uma queda de 1,9 p.p. face ao período homólogo, e fazendo desta, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos, inferior em 0,2 p.p. à registada no mesmo trimestre de 2019, período pré-pandemia. Esta queda traduz-se numa diminuição da população desempregada em 85 mil pessoas face ao mesmo trimestre do ano anterior, baixando o total para 318,7 mil pessoas. (valor mais baixo da década). Na mesma linha, a população ativa atingiu o valor mais alto da década, atingindo os 4,787 milhões de pessoa empregadas.

Segundo a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público registaram aumentos de 5% e 3,3% respetivamente, com o IHPC a registar uma taxa de variação média de 0,9%.

No que toca ao sistema bancário, segundo dados do Banco de Portugal, até ao último trimestre de 2021, a rentabilidade do ativo (ROA) aumentou 0,31 p.p., face mesmo período do ano anterior (para 0,46%). A rentabilidade do capital próprio (ROE) aumentou 3,7 p.p., situando-se em 5,4%. O aumento da ROA deveu-se à diminuição das imparidades para crédito e, em menor grau, ao aumento dos resultados com operações financeiras. O custo do risco de crédito diminuiu 0,63 p.p., para 0,37%, após o aumento significativo em 2020 associado ao surgimento da pandemia.

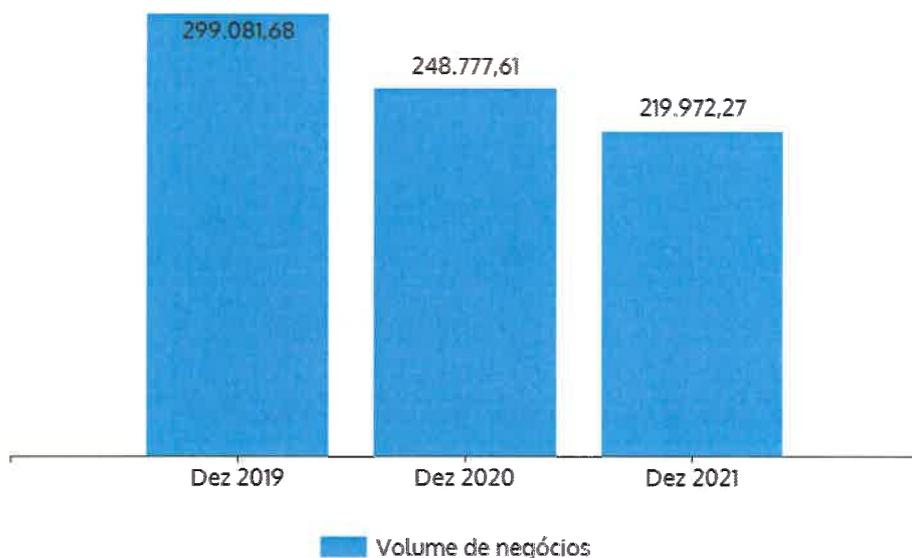
No final do 3T de 2021 a dívida pública equivalia a 131,4% do PIB o que equivale a 271,2 milhões de euros.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela cercizimbra

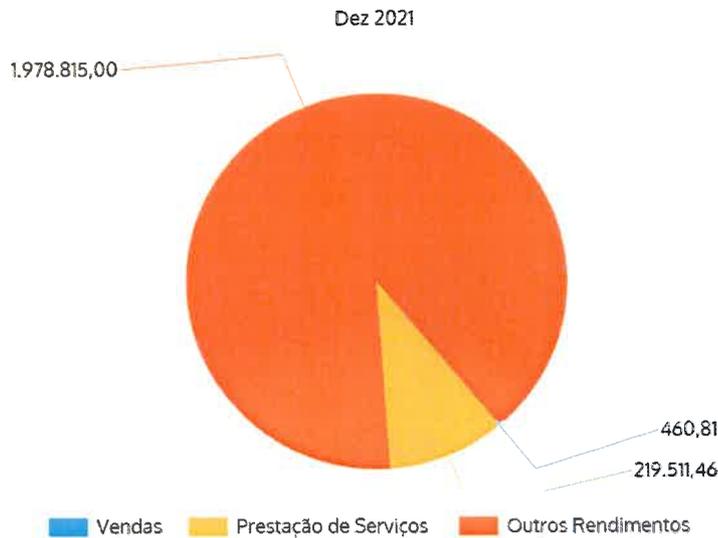
De facto, o volume de prestações de serviços atingiu um valor de 219.972,27 €, representando uma variação de -11,58% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:

Handwritten signature
Aldo



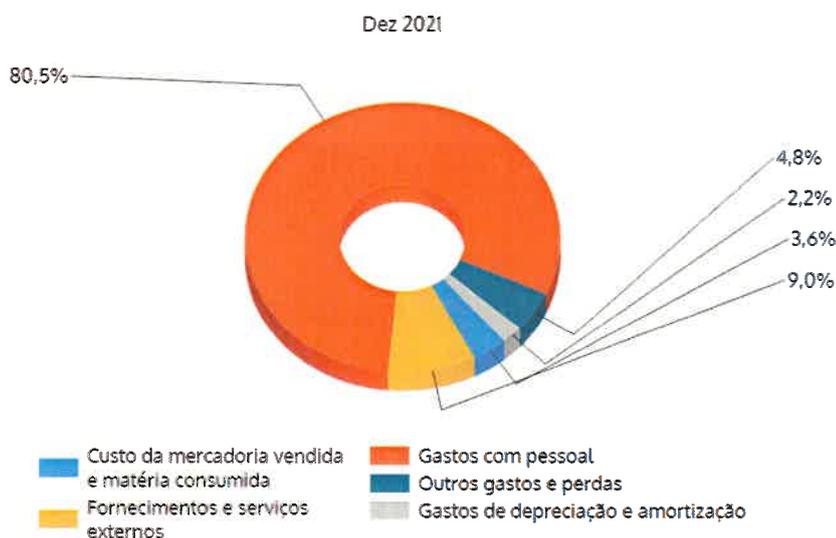
Considerando a atividade da ipss, é importante divulgar que a rubrica outros rendimentos , sofreu uma redução de 5.6%, uma vez que passou de 2.096.330€ para 1.978.815€. Por sub rubrica, os subsídios passaram de 1.697.651€ para 1.7067.568€, a que corresponde um acréscimo de 0.5%. Em sentido contrario temos a sub rubrica, outros rendimentos e ganhos com uma redução de 31.8%, ao evoluírem de 398.678€ para 272.058€, em consequência da redução dos proveitos da formação profissional

Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:

unf' deo
A.P. de 2021



Importa referir as reduções de 2020 para 2021 nas rubricas de custo de matérias consumidas (- 20.1%), gastos com pessoal (- 5.3%), Outros gastos e perdas (- 24.4%) e em sentido contrario a evolução dos fornecimentos e erviços externos (+5.4%) e gastos de depreciação (5.3%)

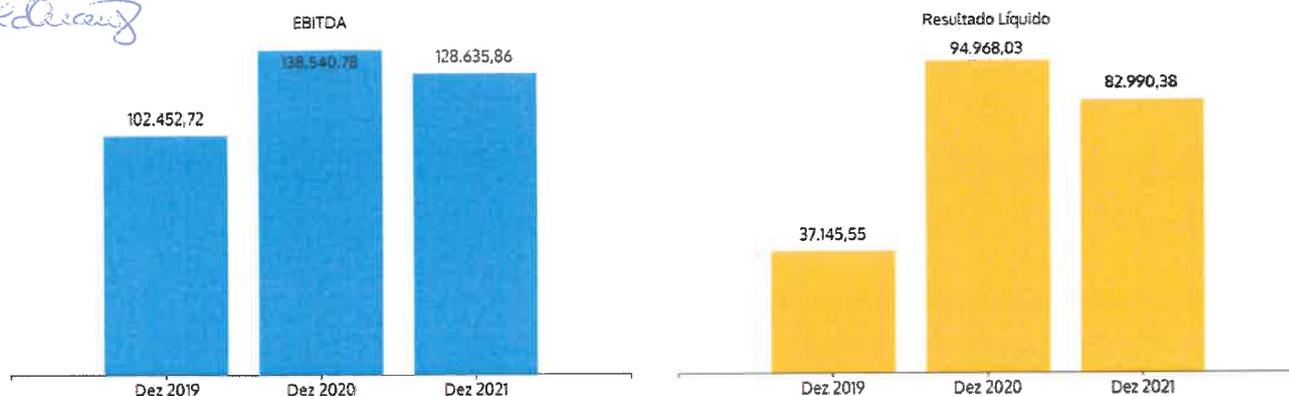
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Itens	PERÍODO		
	2019	2020	2021
Gastos com Pessoal	1.834.377,89	1.797.694,95	1.703.172,78
Nº Médio de Pessoas	115,00	114,00	109,00
Gasto Médio por Pessoa	15.951,11	15.769,25	15.625,44

Relativamente ao decréscimo de 94.522,17mil euros de gastos com pessoal em 2021, informa-se que o mesmo se deve à alteração de funcionamento do CRPC, Centro de Reabilitação Profissional, levando à reconversão de 30% dos seus colaboradores e 20% foram dispensados. Diminuição da assiduidade dos colaboradores por referência à pandemia e os colaboradores contratados para substituir os trabalhadores em falta auferiram vencimentos inferiores devido à menor antiguidade.

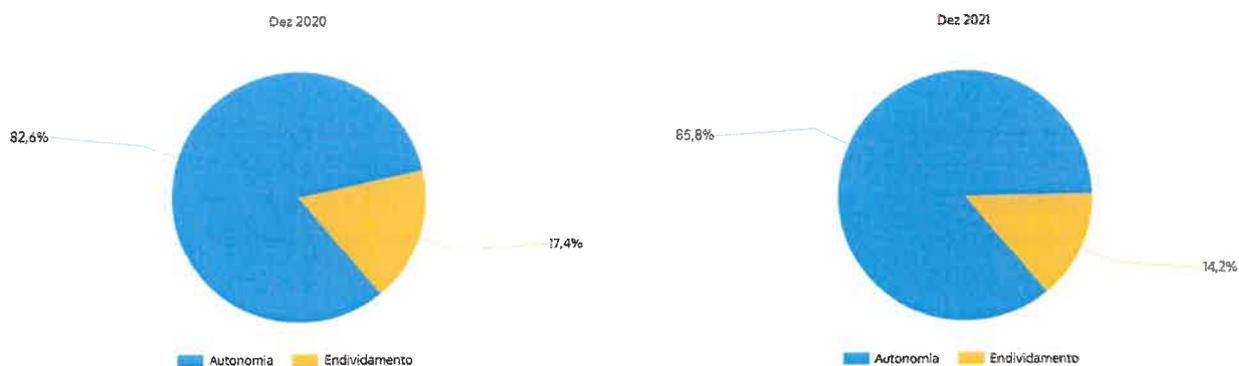
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

uf deo
aldreany



Podemos identificar uma tendência de resultados positivos relevantes nos últimos três anos, apesar de em 2021, se ter verificado uma diminuição, porque a redução de custos não compensou a redução dos proveitos.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Também nestes indicadores se verifica uma melhoria. De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	Dez 2019	Dez 2020	Dez 2021
Ativo não corrente	1.384.173,99	1.359.383,56	1.353.296,05
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	70,10%	65,25%	64,04%
Ativo corrente	590.466,68	723.914,05	760.041,39
<i>Percentagem ativo corrente</i>	29,90%	34,75%	35,96%
Total ativo	1.974.640,67	2.083.297,61	2.113.337,44
Capital Próprio	1.653.706,38	1.721.667,51	1.814.275,05
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	83,75%	82,64%	85,85%
Passivo corrente	320.934,29	361.630,10	299.062,39
<i>Percentagem passivo corrente</i>	16,25%	17,36%	14,15%
Total Capital Próprio e Passivo	1.974.640,67	2.083.297,61	2.113.337,44

A Cooperativa exerceu a sua atividade num contexto de Respostas Sociais e Serviço, como é referido no relatório de atividades. Este atendimento está inscrito com diferentes CAE's, nomeadamente:

Nº CAE	Designação	Resposta social ou serviço
85100	Educação Pré-escolar	PE
85591	Formação profissional	CRPC
56290	Outras atividades de serviço de refeições	Cantina
81300	Atividades de plantação e manutenção de jardins	Jardim Engomado
87302	Atividade de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento	RUR
88910	Atividades de cuidados para crianças sem alojamento	CR; STIP; CAI
88102	Atividade de apoio social para pessoas com deficiência sem alojamento	CAO

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Cercizimbra no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de 82.990,38€, Segundo o nº2 e 4 do artigo 38º e 39º dos estatutos da Cercizimbra, propomos a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- 1) Reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas de exercício no valor de 19087,80€ (dezanove mil e oitenta e sete euros e oitenta cêntimos), correspondente a 23% do excedente líquido do ano.
- 2) Reinvestimento para prossecução dos objetivos da Cooperativa no valor de 17427,98€ (dezassete mil quatrocentos e vinte sete euros e noventa e oito cêntimos), correspondente a 21% do excedente líquido do ano.
- 3) Investimento na renovação da frota automóvel no valor de 20747,60€ (vinte mil setecentos e quarenta e sete euros e sessenta cêntimos), correspondendo a 25% do excedente líquido do ano.
- 4) Para fazer face a despesas de reparação e conservação dos edifícios, nomeadamente telhado do prédio de Santana no valor de 21577,50€ (vinte e um mil quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 26% do excedente líquido do ano.
- 5) Reserva para educação e formação no valor de 4149,50€ (quatro mil cento e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 5% do excedente líquido do ano.

5 – Expetativas Futuras

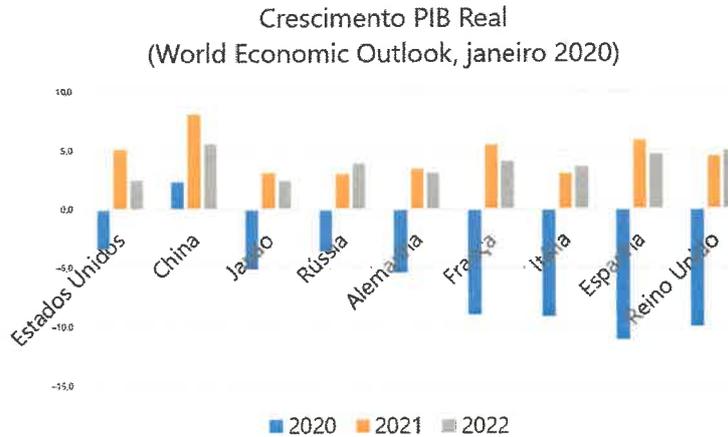
5.1 - Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de

apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos

Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% em 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas -, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim

como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 - Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abruptas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 - Evolução previsível da cooperativa

A Cercizimbra, como as restantes organizações do setor social e solidário, foi influenciada pelo contexto pandémico, político e social do último ano. A incerteza política no último trimestre e o chumbo do orçamento do Estado levaram a um atraso nas negociações do grupo do Compromisso com o governo.

No ano 2022, são muitos os desafios que se colocam, nomeadamente na necessidade de definir o papel da economia social e qual o contributo das Organizações do terceiro sector na intervenção social.

A Cercizimbra tem priorizado a gestão dos seus recursos e a criação de oportunidades, articulando as suas ações com a Estratégia Europeia e Portuguesa para o atendimento da Pessoa com Deficiência. Assim, continuaremos a definir a nossa política e a nossa intervenção em sintonia com referenciais nacionais e europeus.

O novo quadro PT 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) serão no presente e no futuro próximo as duas formas de candidaturas a fundos comunitários que nos poderão apoiar financeiramente e ajudar a alavancar a Organização, tornando-a mais inovadora, empreendedora e geradora de um maior impacto. Persiste a intenção de criar projetos pioneiros, fundamental para marcar uma posição diferenciadora na comunidade, onde a nossa presença se tem revelado através do empenho no desenvolvimento e divulgação da imagem da Cercizimbra, que certamente terá continuidade em 2022, respeitando as estratégias de marketing definidas. Esta vontade de progredir poderá implicar a criação de novas respostas indo ao encontro das necessidades e expectativas da população atendida, assim como aumentar a qualidade de vida dos clientes e garantir a melhoria contínua, afirmando-se cada vez mais como uma referência na inclusão social.

A cultura organizacional, a capacitação dos RH e a motivação das equipas será outro aspeto a continuar a investir no próximo ano. O CA investiu na atualização da Tabela Salarial para garantir uma aproximação e ajuste dos vencimentos à realidade atual.

No início do segundo trimestre, a Confecoop em parceria com a Fenacerci irá iniciar um grupo de trabalho com vista a criar um Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para as Cooperativas de Solidariedade Social (CSS), facto extremamente relevante e de grande importância para os colaboradores das CSS.

A aprovação da candidatura ao PARES 3.0 irá possibilitar a conclusão da obra da Quinta do Conde, com a capacidade de 50 utentes em CACI e 30 em LAR Residencial. Proporcionará um aumento de vagas, apoiando as pessoas com deficiência e suas famílias que há tanto tempo esperavam por esta resposta. Contando com o apoio das nossas partes interessadas, sobretudo a Câmara Municipal de Sesimbra, este projeto tem previsão de término em 2025.

Desta forma, o Conselho de Administração deverá continuar a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da Cooperativa, balanceando os custos e os proveitos de forma equitativa, por um lado a introdução da nova tabela salarial que inevitavelmente vai levar a um aumento substancial da despesa, por outro lado a candidatura a programas/projetos e a criação de atividades sustentáveis/rentáveis.

6 - Outras Informações

A Cercizimbra não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro. Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

Não foram realizados negócios entre a entidade e os seus órgãos sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em

regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto atual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da empresa seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes, Clientes, Associados e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Cercizimbra. Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

8 - Anexo ao Relatório de Gestão

Ver PDF anexos que contêm

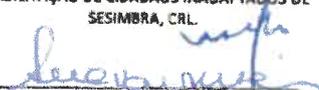
- 1) Anexos às demonstrações financeiras;
- 2) Balancete da Razão
- 3) Balanço;
- 4) Demonstração de resultados;
- 5) Demonstração de fluxos de caixa;
- 6) Demonstração das alterações nos fundos Patrimoniais.

Sesimbra, 17 de Março de 2021

O Conselho de Administração


cercizimbra

COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E
REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE
SESIMBRA, CRL.


O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO